PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Av Prefeito Frederico Heyse nº623 Centro Mafra-SC CEP: 89.300-182
Tel: (47) 3643-7181
E-mail: asmafra.adm@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo de referência é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para o fornecimento de passagens intermunicipais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Registro de Preços:

(X) SIM ( ) NÃO

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt R$	Valor Total R$
01	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Canoinhas.	120	Und	R$ 31,00	R$ 3.720,00
02	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Papanduva.	160	Und	R$ 30,00	R$ 4.800,00
03	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Rio Negrinho.	120	Und	R$ 20,80	R$ 2.496,00
04	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X São Bento do Sul.	100	Und	R$ 29,60	R$ 2.960,00
05	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Monte Castelo	60	Und	R$ 38,35	R$ 2.301,00
06	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Porto União.	100	Und	R$ 67,70	R$ 6.770,00
07	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Joinville	100	Und	R$ 65,10	R$ 6.510,00
08	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Santa Cecília	60	Und	R$ 71,29	R$ 4.277,40
09	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Florianópolis	60	Und	R$ 153,58	R$ 9.214,80
10	Passagem Rodoviárias com destino Mafra X Caçador.	40	Und	R$ 105,92	R$ 4.236,80

TOTAL	**R$ 47.286,00**

2.1. Natureza do objeto:
Comum (X) Especial ( )

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. contratação tem por finalidade garantir a oferta de benefícios eventuais, na forma de fornecimento de passagens rodoviárias, destinados a usuários em situação de vulnerabilidade temporária e em trânsito pelo Município. A medida visa assegurar o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, possibilitando o deslocamento de pessoas em situações de risco social, retorno ao município de origem, acesso à rede de apoio familiar ou atendimento de outras necessidades devidamente justificadas, em conformidade com a legislação aplicável e a Política Nacional de Assistência Social

3.2. Não está no PCA mas tem previsão legal Lei nº 4.670 de 21 de julho de 2023.

4. SECRETARIA REQUISITANTE

4.1. A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A forma e critério de julgamento a ser utilizados no presente certame será o menor preço (x) por item; ( ) por lote; ( ) global.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

6.1. Condições Especiais De Habilitação (habilitação técnica e qualificação econômico-financeira)

A empresa deve estar com todas as certidões previstas no artigo 68 da Lei 14.133/2021.

7. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A contratada deverá emitir e disponibilizar as passagens rodoviárias conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente. A emissão das passagens deverá estar vinculada à respectiva Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, devendo a contratada manter controle e identificação de cada solicitação. As passagens emitidas deverão ficar disponíveis para retirada diretamente pelo usuário na Rodoviária, mediante apresentação da documentação e/ou autorização fornecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observando-se as datas e horários constantes na solicitação.

7.2. Os serviços serão prestados de acordo com a disponibilidade das linhas e horários da empresa vencedora.

7.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: memoria base atendimentos dos anos anteriores, por se tratar de beneficio eventual a demanda pode sofrer alteração de um mês para outro.

7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo da nota fiscal não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21.

8.2. A verificação da adequação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

8.4. A conformidade do serviço prestado deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: (especificar os documentos que deverão ser apresentados junto a com nota fiscal).

8.5. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.

8.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.

8.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

8.9. Fica designado o servidor Bento Tadeu Amorim Filho, matrícula nº 2547657021 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21 e art. 9º do Decreto Municipal 5405/2024.

8.10. Fica designado, como fiscal substituta a servidora Soely Koene Sallai , matrícula nº 2197001, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21 e art. 9º do Decreto Municipal 5405/2024.

8.11. Fica designado, como gestor de contratos a servidora Joci Aparecida Ribas, matrícula nº 518501 para exercer a gestão contratual a fim de coordenar o processo de acompanhamento da fiscalização do contrato e tomar providências para fins de atendimento da finalidade da administração, nos termos disciplinados no art. 10º do Decreto Municipal 5405/2024.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O presente objeto se enquadra como prestação de serviço contínuo?

( ) SIM (x) NÃO

9.2. O prazo de vigência será de (12) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RESPONSÁVEL:

10.1. Os valores estimados foram estipulados levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo que a servidora responsável Luan Caroline Fernandes Dias.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. A nota fiscal que não contiver as informações descritas nos subitens anteriores será devolvida sem o seu pagamento, até que seja regularizada a situação.

11.2. A Fiscalização das verbas trabalhistas é condição para o pagamento das faturas.

O pagamento, decorrente da prestação do(s) serviço(s) objeto desta contratação, será efetuado pela Tesouraria Municipal, mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do objeto em cada fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

11.3. A CONTRATADA deverá comprovar via documento impresso a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito, ou Certidão Positiva, com efeito negativo relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, como condição à percepção do valor faturado, devendo os valores das guias serem compatíveis com os que são devidos em valores dos empregados vinculados à execução contratual.

11.4. Dos valores constantes na nota fiscal, serão retidos os valores inerentes ao ISS e IR.

11.5. **No corpo do documento fiscal deverá conter as seguintes informações:**

a) o número da licitação; e,

b) o número da ordem de compra.

c) os dados bancários da empresa (Agência, C.C e Banco).

11.6. A empresa deverá apresentar os dados bancários vinculados ao CNPJ ou CPF, conforme informados na declaração bancária apresentada no momento da assinatura da Ata/Contrato.

A empresa deverá possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (dependendo do banco onde se encontram os recursos financeiros vinculados a despesa orçamentária) atrelada ao seu CNPJ ou CPF, conforme comprovação

apresentada mediante cabeçalho do extrato da conta bancária ou outro documento que conste os dados bancários, ou em caso de a conta corrente ser de outro banco, o fornecedor arcará com o pagamento das despesas de tarifas bancárias das transações que ocorrerem.

11.7. A nota fiscal que não contiver as informações descritas nos subitens anteriores será devolvida sem o seu pagamento, até que seja regularizada a situação.

11.8. A Fiscalização das verbas trabalhistas é condição para o pagamento das faturas.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação:

A ser definida.

13. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

13.1. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Mafra 22 de junho de 2026 .

Luan Caroline Fernandes Dias

Responsável pela emissão do Termo de Referência

Bento Tadeu Amorim
Fiscal de Contratos

Soely Koene Sallai

Fiscal de Contratos Substituto

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Av Prefeito Frederico Heyse nº623 Centro Mafra-SC CEP: 89.300-182
Tel: (47) 3643-7181
E-mail: asmafra.adm@gmail.com

Joci Aparecida Ribas

Gestor de Contratos

DIRCELENE DITTRICH PINTO

Secretaria de Assistência Social e Habitação

Assinado digitalmente por DIRCELENE DITTRICH PINTO (emitido pelo CPF 035.836.809-01)
Papel: Parte
Data: 28/08/2026 09:02:02 -03:00